SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **29**

Capítulo I – APROXIMAÇÃO TEÓRICA DA EFICIÊNCIA **39**

Seção 1 – O CONCEITO DE EFICIÊNCIA 39

§ 1º – A Gênese da Noção de Eficiência no Direito Administrativo 41

A – Doutrina 41

B – Jurisprudência 45

§ 2º – A Retomada da Noção de Eficiência pelo Direito Tributário 52

A – Doutrina 52

B – Jurisprudência 75

Seção 2 – A NATUREZA JURÍDICA DA EFICIÊNCIA NO DIREITO BRASILEIRO 79

§ 1º – Exposição da "Teoria dos Princípios" 80

A – Normas de Primeiro Grau: As "Regras" e os "Princípios Jurídicos" 80

B – Normas de Segundo Grau: Os "Postulados" 82

§ 2º – A Identificação da Natureza Jurídica da Eficiência 84

A – Os Diferentes Pontos de Vista da Doutrina 84

B – Conclusão: A Eficiência é um "Princípio" 86

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo II – APROXIMAÇÃO PRÁTICA DA EFICIÊNCIA: O CONSENTIMENTO AO IMPOSTO **99**

Seção 1 – O PAPEL DO "PRÉ-CONSENTIMENTO" AO IMPOSTO NA REALIZAÇÃO DA EFICIÊNCIA TRIBUTÁRIA 101

§ 1º – O Princípio da Legalidade Tributária 101

A – Fundamento Jurídico 102

B – A Exceção ao Princípio da Legalidade Tributária: As Medidas Provisórias 104

§ 2º – O referendo fiscal 109

A – Fundamento Jurídico 110

B – Os Limites Práticos do Referendo Tributário 114

Seção 2 – O PAPEL DO PÓS-CONSENTIMENTO OU ADESÃO AO IMPOSTO NA REALIZAÇÃO DA EFICIÊNCIA TRIBUTÁRIA 122

§ 1º – Breve Análise da Experiência Francesa 122

A – Estudo das Principais Correntes Doutrinárias 122

B – Estudo de Alguns Exemplos Concretos Adotados pela França 129

§ 2º – Breve Análise da Realidade Brasileira 133

A – A Imoralidade e Ineficiência de Algumas Ações da Administração Tributária Brasileira 135

B – Alguns dos Problemas Estruturais mais Agudos que Afetam o Consentimento ao Imposto 139

CONCLUSÃO **153**

REFERÊNCIAS **157**

ÍNDICE ALFABÉTICO **165**

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br